

“O teatro é o oásis do folhetinista”: entre Camilo Castelo Branco e o Teatro de S. João na imprensa periódica

O Teatro de S. João do Porto foi, ao longo do século XIX, um dos principais alvos para críticos que proporcionavam à crescente indústria da imprensa periódica uma análise detalhada da conjuntura adjacente ao principal teatro da «segunda cidade do reino». Palco de concentração das várias facções da sociedade portuense, as relações entre a conjuntura política e social, e o universo do teatro lírico portuense estão latentes na sociedade dicotómica que assistia às récitas e tornava o palco do S. João uma ramificação da actuação política e social contemporânea. Entre 1849 e 1861, o teatro torna-se um dos temas mais explorados por Camilo Castelo Branco (1825-1890) nas várias formas de publicações periódicas que então se tornariam parte integrante do seu quotidiano (crónica, crítica, revista, entre outras), com primazia para o formato de folhetim. Salientado pelo próprio um suposto amadorismo musical, este será um dos condicionantes que faz transparecer as idiossincrasias temáticas relativas ao teatro, não deixando, contudo, de se focar detalhadamente no universo musical do S. João. Ainda que a frequência de publicação varie e seja substancialmente menor no decorrer daquele intervalo cronológico, os assuntos associados aos teatros e, particularmente, ao Teatro de S. João, ocupam uma parte relevante das rúbricas de título genérico (“Revista dos dois mundos”, *Jornal do Povo*; “Crónica”, *Eco Popular*; “Revista do Porto”, *O Nacional*; “Folhetim”, *Aurora do Lima*; entre outras), e de título mais circunscrito (“Guilherme Tell”, *O Nacional*; “Teatro Lírico”, “Rossini”, *Mundo Elegante*). Do investimento do escritor na crítica operática resultam reflexões em torno do público, das companhias, dos empresários, do repertório, das récitas, e dos modelos de produção e recepção que permitem a interpretação do papel deste espaço na sociedade portuense e a reciprocidade entre o folhetinista e o tema sobre o qual incide, e que aqui analisaremos. Neste sentido, pretendemos explorar aquilo que foi a visão do Teatro de S. João enquanto baluarte artístico e social do Porto através das rúbricas de Camilo Castelo Branco, marcadas pela envolvimento empírica deste no meio sobre o qual escreve.

Bárbara Carvalho

Música contra a corrente: compositores-críticos em Portugal (1930-1955)

Em certa medida, a crítica musical em Portugal entre o início da década de 30 e meados da de 50 foi dominada pelos compositores-críticos Luís de Freitas Branco (1890-1955) e Fernando Lopes Graça (1906-1994) – este último, ex-discípulo do primeiro durante os anos de aprendizagem no Conservatório Nacional. Ao longo do tempo, os dois compositores colaboraram como redactores em várias publicações, desde a revista *De Música* (1930-1931), efêmero órgão da associação de estudantes do Conservatório, até à muito mais tardia *Gazeta Musical* (a partir de 1950). Nas páginas destes e outros periódicos, Freitas Branco e Lopes Graça exprimiram muitas vezes convicções e opiniões semelhantes, partilhando o papel de catalisadores da vida musical portuguesa. Os dois compositores partilharam igualmente um certo número de afinidades políticas e ideológicas: apesar da sua fidelidade ao princípio monárquico e da longa associação ao Integralismo Lusitano, Freitas Branco evoluiu para posições mais próximas da esquerda nas décadas de 30 e 40 em resposta à ditadura salazarista, enquanto que Lopes Graça, por seu turno, desenvolveu desde cedo uma intensa actividade nos círculos oposicionistas, tornando-se posteriormente membro do Partido Comunista Português. No entanto, apesar da estreita colaboração entre ambos e da inegável estima recíproca, registam-se também diferenças importantes entre Freitas Branco e Lopes Graça nos domínios estéticos e político-cultural, evidenciadas, por exemplo, nos artigos deste último, “Estado actual da cultura musical em Portugal” (1931), “Polifonia e harmonia” (1939) e “Criação e crítica na música portuguesa” (1943), nos quais Lopes Graça ousava pôr em causa alguns dos pontos de vista mais dogmáticos e idiossincráticos de Freitas Branco, relativamente à alegada racionalidade da polifonia e do contraponto em contraste com a harmonia, ao valor do pensamento racialista em arte, ou à existência de uma verdadeira tradição orgânica na música portuguesa. Em parte, essas controvérsias reflectiam uma série de debates mais amplos no contexto artístico, literário e intelectual português (e europeu), impulsionados por concepções contraditórias do modernismo, da identidade nacional e do papel do artista numa sociedade em mudança, bem como pelas metamorfoses da noção de “classicismo” ao longo das décadas de 30 e 40. Nesta comunicação, serão analisadas diversas continuidades e descontinuidades na produção crítica de Freitas Branco e Lopes Graça, com base numa selecção de textos representativos, visando a elucidação do pensamento crítico dos dois compositores, e avaliando a forma como este se viria a tornar paradigmático no discurso sobre música erudita na imprensa portuguesa até por volta de 1960. Em particular, serão analisadas algumas das principais estratégias textuais e retóricas usadas por Lopes Graça nos seus escritos de carácter mais polémico, testemunhos de uma “angústia da influência” relativamente a Freitas Branco, a qual encontraria igualmente contrapartidas na sua obra como compositor.

Paulo Ferreira de Castro